

**12.1** Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

**12.1.1** advertência;

**12.1.2** Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

**12.1.3** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

**12.1.4** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

**12.1.5** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

**12.1.6** Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**12.2** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**12.3** Da aplicação das penas definidas nos itens “12.1.1 ao 12.1.5”, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

**12.4** O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

**13.1** Ao Município de Porto Esperidião-MT são reconhecidos o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

**13.2** O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preço, por parte do fornecedor, assegurará a Administração Municipal o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**13.3** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/93, constituem motivos para a rescisão da contratação:

a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Administração Municipal;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Administração Municipal.

**13.4** Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**14.1** Nenhuma contratação será formalizada sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos decorrentes, no exercício financeiro em que tenha sido celebrada.

**14.2** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

**14.3** Os recursos para atendimento das respectivas despesas serão conforme segue:

SECRETARIA	DOTAÇÃO
Proj: Atividade: 1027 – Pav. Restauração Conservação e Calçamento de vias Urbanas	199- 44.90.51.0000 – Obras e Instalações Fonte: 0.1.00.0000 200 -44.90.51.0000 – Obras e Instalações Fonte: 0.1.24.000000

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo apostilamento à presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

**16.1** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado em Jornal Oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

**17.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto /Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto Esperidião-MT, 26 de Outubro de 2021.

**MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**Gerenciador da Ata de Registro de Preço**

**SOLOFORTE TECNOLOGIA EM PAVIMENTAÇÃO LTDA**

**CNPJ:05.633.850/0001-40**

**Detentora da Ata de Registro de Preço**

#### LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

#### PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2021

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a **Abertura do Pregão Presencial 25/2021**, DO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**.No seguinte local, data e horário: Local: sala de licitações-Data: **18/11/2021**—Horário: 09:00 horas-**Porto Esperidião-MT, 05 DE NOVEMBRO DE 2021 - RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.**

#### LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

#### PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

#### INEXIGIBILIDADE 10/2021

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, torna público a Ratificação da inexigibilidade 10/2021 – referente ao objeto definido como contratação de um show artístico **“MARCELO VIOLA E RICARDO”**, nos dias 12/11/2021 e 13/11/2021.

Porto Esperidião-MT, 05 de novembro de 2021—Roney Batista Cardoso - Presidente da CPL.

#### LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO COTRATO 19/2021

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2021

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo de PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado termos da lei 8.666/93. Em seu Art. 57 inciso I e